

A tradução e o tradutor no Brasil: lições de visibilidade

Translation and translator in Brazil: visibility lessons

Cristina Carneiro Rodrigues*

RESUMO: Neste trabalho, pontuam-se acontecimentos significativos para a tradução e o tradutor no percurso percorrido desde as importantes manifestações dos tradutores nos anos de 1930 até a consolidação dos Estudos da Tradução como campo de pesquisa em 2003, com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História da tradução no Brasil. Estudos da Tradução. Coleção Brasiliana. Biblioteca Histórica Brasileira. (In)visibilidade.

ABSTRACT: This work highlights significant events for translation and the translator in the trajectory taken from important manifestations by translators in the 1930s to the consolidation of the Translation Studies as research field in 2003 with the creation of the first postgraduate program in Translation Studies in Brazil.

KEYWORDS: History of translation in Brazil. Translation Studies. Brasiliana collection. Brazilian Historic Library. (In)visibility.

1. O *boom* editorial e o da tradução¹

Em lugar de fazer uma retrospectiva dos Estudos da Tradução no Brasil iniciando pela criação dos primeiros cursos de graduação até sua consolidação como campo de pesquisa em 2003, com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil, minha proposta neste trabalho envolve pontuar alguns acontecimentos que considero significativos para a tradução e o tradutor. Tomo como ponto de partida um momento importante na indústria editorial brasileira – os anos de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o governo do Brasil.

De acordo com De Luca (1999, p. 308), a República Velha havia sido um longo preâmbulo para a Revolução de 1930, “acontecimento transformador por excelência, que sacudiu o país da modorra em que se encontrava”. O país passou a se industrializar e a se urbanizar. Tomaram-se medidas de cunho sanitário, administrativo, trabalhista e econômico que não só melhoraram a vida do povo, como também elevaram seus rendimentos. Criaram-se escolas, o ensino secundário e o profissionalizante foram revistos. A preocupação com a

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce). E-mail: cristina@ibilce.unesp.br.

¹ Agradeço a Daniel Padilha Pacheco da Costa pelas sugestões de intertítulos.

formação de professores, tanto para o ensino primário quanto para o secundário gerou a criação de universidades. Apesar de haver Faculdades isoladas em grandes cidades, as universidades se instituem a partir dos anos de 1930.

Em décadas anteriores apenas a elite tinha acesso à instrução superior, em geral no exterior. A melhoria do ensino e a abertura das universidades permitiu que outras classes sociais estudassem, gerando uma grande necessidade de livros, na medida em que há um público leitor em várias camadas e em vários segmentos da população. O fato de haver leitores em potencial tanto de livros pedagógicos quanto frutivos motiva as poucas editoras existentes a expandirem-se e a procurarem oferecer produtos para o crescente público. Ainda que o papel fosse importado e pagasse altos impostos, o baixo custo da mão de obra no Brasil tornava o livro nacional acessível.

Os trabalhos de Sônia Maria de Amorim (1999), de Elisabeth Rochadel Torresini (1999), de John Milton (2002) e de Adriana Pagano (2001) registram o percurso da expansão editorial dos anos de 1930 a 1950, enfocando especialmente a publicação de obras de ficção. Os autores evidenciam que essa é a época do *boom* editorial brasileiro, que, de acordo com Pagano (2001), tanto foi um *boom* da tradução, quanto da edição de coleções.

Ainda que a primeira tradução do Brasil tenha sido publicada no início do século XIX com a inauguração da Imprensa Régia, ainda que o público do século XIX tenha lido muitos livros e folhetins traduzidos, é apenas a partir dos anos de 1930 que se dá o início de grandes projetos de tradução, que fazem parte de projetos de coleções. Nas décadas de 1930 a 1950 o chamariz para atrair o público é o universal, o grande, o moderno, a obra-prima, materializados em coleções denominadas *Grandes Novelistas*, *Obras Primas Universais*, *Biblioteca de Obras Famosas*, *Biblioteca dos Séculos*, *Biblioteca do Espírito Moderno*.

Para Dutra (2004, p. 6), as coleções foram, na época, a expressão material da política de popularização da leitura, mas também da especialização profissional, reforçando o papel estratégico do editor, que definia o perfil da coleção ao selecionar as obras que a integrariam. A estratégia implicava a segmentação do mercado consumidor, agrupando-os em vários nichos, como sexo, faixa etária, interesse por aventura, por romance, por mistério etc.

Todas as grandes editoras do Brasil fundadas ou estabelecidas enquanto tal no período entre 1930 e 1950 publicaram coleções, muitas delas constituídas exclusivamente por textos traduzidos, o que leva Pagano (2001) a afirmar que o *boom* editorial no Brasil foi também o

boom da tradução.² E todas, exceto a Globo, em sintonia com o anseio de se conhecer melhor o Brasil, lançaram coleções de livros sobre o Brasil. Projetos em curso no Brasil tinham como objetivo a redefinição da nação brasileira de um modo em que a cultura fosse inseparável da educação, por isso buscava-se conhecer a nação, estatística, histórica e geograficamente, assim como examinar os seus reais problemas, “de forma a assegurar a formação de uma consciência nacional” e construir “uma política cultural” que garantisse “a consolidação de uma política de modernização do país” (DUTRA, 2004, p. 16).

Essas coleções tinham como objetivo “desvendar, mapear, estudar a diagnosticar a realidade brasileira” (PONTES, 1989, p. 359) e estavam em sintonia com o quadro de interesse pelo Brasil gerado pelo governo, que envolveria a criação de um movimento de unificação cultural e a noção de “civilizar” o país. Essa nova configuração da cultura brasileira não se expressava apenas na instrução pública, na reforma do ensino, na criação das universidades, mas também no conhecimento da realidade nacional. As três as mais importantes coleções editadas na era Vargas com esse objetivo foram: a *Brasiliana*, criada em 1931 pela Companhia Editora Nacional; a *Documentos Brasileiros*, lançada em 1936 pela Editora José Olympio; e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, produzida a partir de 1940 pela Livraria Martins Editora.

Exceto pela *Documentos Brasileiros*, essas coleções publicaram, em maior ou menor proporção, traduções. Constituem-se, em grande parte, de relatos de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil e descreveram sua natureza, seu povo e seus costumes. A análise das traduções realizadas para as coleções *Brasiliana* e *Biblioteca Histórica Brasileira* evidencia a visibilidade dos tradutores no período, assim como sua aparente liberdade para conduzir sua tarefa.

2. A visibilidade do tradutor no Brasil

A questão da invisibilidade do tradutor é objeto de reflexão nos Estudos da Tradução desde a publicação de “The translator’s invisibility” por Lawrence Venuti (1986). Ao descrever a situação da tradução na comunidade anglo-americana, esse autor relaciona a invisibilidade ao leitor, que quer ler um texto como se tivesse sido escrito em sua própria língua, aos críticos, aos

² A Editora Globo chegou a ter, no período de 1942 a 1947, a famosa Sala dos Tradutores, em que trabalhavam, “em regime permanente e com salário fixo, os tradutores Leonel Vallandro, Juvenal Jacinto, Herbert Caro, Homero de Castro Jobim, Lino Vallandro e, mais tarde, Agenor Soares de Moura” (WYLER, 2003, p. 127). Nessa sala, os tradutores tinham à disposição máquinas de escrever, biblioteca de consulta com dicionários e enciclopédias. Dessa editora destacam-se coleções de livros traduzidos, como a coleção Nobel e a Biblioteca dos Séculos, além da famosa tradução da *Comédia Humana* organizada por Paulo Rónai.

editores e aos resenhistas, que tendem a usar a legibilidade como único critério para avaliar sua qualidade, e aos próprios tradutores, que buscam se apagar para ressaltar o texto original ou seu autor.

O apagamento do tradutor não é, entretanto, a regra nas traduções publicadas pela Brasileira e pela Biblioteca Histórica Brasileira. Nos livros na Biblioteca Histórica Brasileira os nomes dos tradutores não aparecem nas capas, mas são mencionados nas páginas de rosto, nos anúncios da coleção e na contracapa dos livros, onde há uma lista dos títulos publicados e dos que serão lançados. Em algumas obras há até uma nota do tradutor após a nota do editor e antes da tradução. Em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Debret (1940), o tradutor Sérgio Milliet dedica duas páginas para discorrer sobre o que considera ser a tarefa do tradutor, iniciando por:

Se muitas vezes o tradutor é um traidor, a culpa cabe não raro à precariedade do estilo e da língua do autor traduzido. O tradutor *honesto*, que não *deve* fazer milagres, assume então toda a responsabilidade dos erros que não lhe compete corrigir e das confusões que não ousa esclarecer.

Outro ponto a frisar: a tradução não pode modificar os conceitos do autor e se estes são infantis nada os tornará adultos. Tão pouco é possível evitar repetições, insistências inúteis. O tradutor é um infeliz que carrega às costas o fardo pesado dos erros alheios. (MILLIET, 1940, s/p).

No final do texto, Milliet informa como conduziu o trabalho, especificando que sua preocupação com a letra, com a sintaxe do autor, ainda que “canhestra” em português, comanda seu trabalho:

Debret se apresenta como um autor difícil. Minucioso mas pouco claro, prolixo nas narrativas e descuidado no estilo, a cada frase um problema de tradução se impõe. Procurei manter-me o mais perto possível do original, muitas vezes em detrimento da elegância da frase portuguesa, mas sempre em benefício da fidelidade ao texto e ao valor documental da obra. (MILLIET, 1940, s/p).

O tradutor salienta que a escrita de “Debret assemelha-se antes à de um chefe de seção em seus pobres relatórios, que à de um literato habituado ao valor das palavras e aos segredos da sintaxe” (MILLIET, 1940, s/p). Mas, como considera que lida com um documento, não competiria ao tradutor corrigi-lo. Apesar dessa afirmação, nem sempre Milliet se contém e, por vezes, acrescenta a letra de Debret em nota. Por exemplo, há um subtítulo intitulado “gravações

executadas pelos selvagens”, que recebe a seguinte nota: “Debret diz ‘esculturas entalhadas’, expressão imprópria para essas gravações rupestres” (DEBRET, 1940, p. 70).

No livro há várias notas e por elas e por sua introdução identifica-se que há um projeto tradutório, explicitado e seguido pelo tradutor Milliet, que também especifica dificuldades que enfrenta. No caso de sua tradução de *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry (1941), em nota introdutória sobre o autor, há um elogio à sua escrita em que Milliet afirma ter o autor “uma construção harmoniosa, precisa, dentro da qual o pensamento matizado se abriga à vontade” (MILLIET, 1941, p. 9)³. Apesar de admirar o escritor, Milliet não esconde ter encontrado dificuldades: terminologia obsoleta, sintaxe de difícil acesso aos leitores do francês contemporâneo, latinismos e a alteração dos sentidos de palavras, com o passar do tempo.

Nos livros da Biblioteca Histórica Brasileira, em geral, não é apenas o tradutor que dá visibilidade à tradução. Rubens Borba de Moraes, o diretor da coleção, escreve notas introdutórias em que, por vezes, menciona como escolheu os tradutores. Na nota ao livro de Léry (1941), por exemplo, Moraes informa: “Confiamos a tradução a Sérgio Milliet que tão bem conhece o francês antigo e o bebeu, como nós, em saudosos anos de estudo e mocidade, na Genebra de Calvino e Jean de Léry” (LÉRY, 1941, p. 6). Na nota introdutória ao texto do colono Davatz (1941, p. 3) explica não apenas ter pedido ao historiador Sérgio Buarque de Holanda para traduzir a obra, mas também para prefaciá-la e anotá-la.

No caso do relato de viagem do comerciante John Luccock (1942), *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Rubens Borba de Moraes informa que

[...] apesar de sua enorme importância para os estudos brasileiros, [a obra] não foi até hoje traduzida integralmente para o português. O dr. Milton da Silva Rodrigues, que teve o trabalho de fazer a presente tradução, procurou conservar todo o sabor do estilo muito pessoal do autor e reproduzir-lhe com toda fidelidade o pensamento. (LUCCOCK, 1942, p. viii).

Mas não é só no início desse livro que o leitor é lembrado de que lê uma tradução. Há várias notas do tradutor, algumas em que até corrige o autor. Por exemplo, ao falar dos instrumentos que o tropeiro utilizava, Luccock menciona um “machado”. Na nota, lê-se: “há evidente engano por parte do Autor; o instrumento descrito por ele, já pelo próprio uso que lhe

³ Essa não seria, de acordo com Milliet, a opinião do primeiro tradutor de Léry, Alencar Araripe, para quem o estilo do autor seria “irregular”. Milliet (1941, p. 9) atribui esse julgamento à falta de familiaridade que Araripe teria com o francês do século XVI, pois “tem seu estilo [de Léry] um sabor que somente no português de um Gandavo encontra semelhança”.

dá, deve ser uma enxada e não um machado” (LUCCOCK, 1942, p. 256-257). Em outro momento, Luccock (1942, p. 319) fala de um tamanduá e a nota explica: “Não é a primeira vez que o Autor confunde tamanduá com tatu”. Há frequente diálogo com o leitor, em que ele sequer esconde ignorar uma expressão que está em uma tábua de comércio: “Quanto à abreviatura *Ca* que aparece no original, não me foi possível depreender sua significação”. (LUCCOCK, 1942, p. 401).

Em outras obras da Biblioteca Histórica Brasileira o diálogo com o leitor é mais evidente. O livro *Dez anos no Brasil* (1941), de Carl Seidler, é bom exemplo disso. Moraes, na nota introdutória ao livro, informa que o autor teria mais o objetivo de “atacar e desmoralizar que criticar imparcialmente o Brasil” (SEIDLER, 1941, p. 5) e acrescenta:

Mas nem tudo no livro de Seidler é mentira e animosidade. Muita cousa há que, vista hoje em dia, com a perspectiva de um século, retrata a época tumultuosa da formação de nossa nacionalidade. É preciso, entretanto, que seja criticado com conhecimento dos fatos relatados e traduzidos com exatidão. É o que foi feito nesta edição pelos eminentes Bertoldo Klinger e notas do coronel Paula Cidade, tão conhecedores dos assuntos tratados pelo ex-oficial alemão a serviço de D. Pedro I.

Moraes destaca o conhecimento e a exatidão do tradutor e do anotador e antecipa ao leitor que ele encontrará retificações ao texto do autor. Efetivamente, ambos se inserem com frequência no texto. Ainda que o tradutor não informe explicitamente seu projeto tradutório, é evidente que ele, como Milliet, busca manter a letra de Seidler. Por exemplo, lê-se no texto que as tropas de que o autor fazia parte haviam ancorado no “Rio Grande do Norte”, mas o tradutor esclarece em nota: “é S. José do Norte” (SEIDLER, 1941, p. 85). O tradutor Klinger evita corrigir Seidler, repetindo até mesmo expressões como “Em baixo o imperador!”, em lugar de “Abaixo o imperador!”. Mas o respeito à letra do autor não significa o descuido em relação aos fatos. Por exemplo, quando Seidler (1941) comenta uma “revolta dos militares alemães em 1829”, o tradutor especifica em nota que “a revolta teve lugar em 1828, 9 a 12 de junho” (SEIDLER, 1941, p. 48), em lugar de corrigir a data no texto.

O anotador Paula Cidade é mais contundente em suas notas. Algumas, elegantemente, inserem o verbo “confundir”. Mas, por vezes, aponta categoricamente falta de exatidão, erro, inverdade, ou “ainda, pura invencionice” (SEIDLER, 1941, p. 136).

Fica bastante evidente que o projeto é manter a letra do autor. Mas as notas também deixam claro que o leitor não é abandonado – ele é informado a todo momento, pelo tradutor ou pelo anotador quando o autor está equivocado.

Como nos livros da Biblioteca Histórica Brasileira, nos da coleção Brasiliana, é praticamente impossível não notar o tradutor, pois muitos deles já têm seus nomes nas capas dos livros.⁴

O exame das traduções da Coleção Brasiliana (RODRIGUES, 2008; 2013a) evidencia que, se os tradutores não tinham total liberdade para manifestarem suas posições em prefácios ou em notas, tinham, pelo menos, muita autonomia. As observações dos tradutores sobre suas traduções, ou seja, as descrições que fazem de seus projetos tradutórios nos prefácios, indicam que o diretor da coleção Brasiliana não interfere em relação às estratégias tradutórias adotadas.

Por exemplo, em seu “Prefácio do tradutor”, o Prof. Estevão Pinto apresenta aos brasileiros a obra de Métraux, antropólogo suíço cuja obra traduz, e observa que não emprega a “grafia internacional” das etnias indígenas brasileiras, optando por seu aportuguesamento. Percebe-se que Pinto (1950, p. 9) manifesta sua presença e sua identidade, ao declarar: “costumo [...] aportuguesar e simplificar o mais possível”, em primeira pessoa do singular, como um sujeito tradutor brasileiro que não procede como os “americanistas” e rejeita os estrangeirismos, os *w*, os *k*, os *y*, e as maiúsculas da grafia “internacional”. Assim, os Apiaká, na grafia internacional, tornam-se, na tradução, apiacá, os Arawak, arauaque, os Kaingáng, caingang, os Kayná, cainá, os Guayaki, guaiaquí, e assim por diante. Pinto torna português o que seria estrangeiro, manifestando sua preferência pela domesticação da terminologia.

Carlos Lacerda (1943, p. 13), tradutor de *Do Escambo à escravidão*, de Alexander Marchant, ao contrário, observa em seu prefácio: “Preferimos uma estrita fidelidade ao original inglês à adaptação que se destinaria a pô-las [as expressões] de acordo com a terminologia usual nos estudos brasileiros”. Faz, portanto, movimento contrário ao de Pinto, optando por deixar o texto mais próximo do estrangeiro.

Trago apenas alguns exemplos desse material praticamente desconhecido para mostrar que há, nos anos 1930 e 40, uma literatura sobre tradução bastante rica e vasta, que se

⁴ A análise dos 300 primeiros volumes da coleção revela que apenas 42 são traduzidos. Em todos há a identificação do tradutor na página de rosto e em 28 desses volumes constam os nomes dos tradutores nas capas. As datas desses livros são bastante variadas, indicando que a inserção do nome do tradutor na capa não é questão relacionada à data da edição ou a uma época determinada. E como há tradutores que ora têm seus nomes na capa, ora não, não se pode dizer que a competência do tradutor é fator determinante para que conste na capa.

materializa em paratextos: prefácios e notas. Nesses textos, podemos ler o que orientou as traduções, produzidas por tradutores visíveis, cientes de sua responsabilidade profissional, social e intelectual. Neles são explicitados os projetos dos tradutores.

3. A pesquisa e o ensino da tradução no Brasil

Apesar da riqueza da literatura sobre tradução desde os anos de 1930, o que se contabiliza na literatura como texto pioneiro sobre tradução no Brasil é *Escola de tradutores*, de Paulo Rónai, publicado em 1952, seguido por *A arte de traduzir*, de Brenno Silveira, de 1954. Todo o material escrito pelos tradutores anteriores é apagado e só fica na memória o que foi editado específica ou explicitamente como literatura sobre tradução.

Mas isso já ocorre a partir de 1950. Antes disso, no final dos anos 1940, há outro acontecimento a se assinalar. Foi um período em que muitas editoras enfrentaram sérias dificuldades econômicas e encerraram suas atividades. A Martins deixou de publicar a Biblioteca Histórica Brasileira – seu penúltimo volume, o décimo oitavo, foi publicado em 1948, e o décimo nono, encerrando a coleção, em 1952. A coleção Brasileira apenas conseguiu se manter graças ao convênio com o Instituto Nacional do Livro, órgão da Fundação Pró-Memória, que reservava parte da tiragem financiada para distribuição à sua rede de bibliotecas em todo o território nacional. Em 1964 inaugura-se o chamado novo formato da coleção Brasileira (volume 320), já sob a direção de Américo Jacobina Lacombe.⁵ Nesse novo formato, no entanto, desaparecem os nomes dos tradutores das capas dos livros.

Observe-se que essa guinada acontece em data muito próxima à da criação do primeiro curso de graduação para a formação de tradutores na PUC-RJ (1968, começando a funcionar em 1969), seguido pelo da Ibero-Americana (1972), pelo da UFRGS (1973), pelo da UNESP-Rio Preto (1978), pelo da UnB (1979), e por outros tantos na década de 1980.

Ao entrar nas universidades brasileiras, a tradução institucionaliza-se academicamente e esse é um outro momento significativo para a tradução e o tradutor que deve ser salientado.

⁵ Dutra (2004) informa, por um lado, que Fernando de Azevedo dirigiu a Brasileira até 1951 (p. 1), e, por outro lado, que o fez até 1946 (p. 7). Em texto posterior (DUTRA, 2006, p. 309), situa 1946 como “data de sua saída da Brasileira”, mesmo ano que Fernando de Azevedo teria deixado a direção da Biblioteca Pedagógica Brasileira (p. 301). Pontes (1989, p. 388) fornece 1958 como a data da substituição de Fernando de Azevedo por Américo Jacobina Lacombe na direção da Brasileira. Verifica-se, entretanto, que nas publicações de 1947 ainda consta que a direção da coleção é de Fernando de Azevedo. Edições de 1956 informam que a Brasileira está sob a direção de Américo Jacobina Lacombe, mas esse não é, necessariamente, o ano da substituição, porque em uma publicação do ano anterior consta que a Brasileira foi fundada por Fernando de Azevedo, no local em que se informava o nome do diretor.

A criação dos cursos de graduação para tradutores gerou um desafio: a formação de docentes para esses cursos. Essa necessidade motivou, em 1980, a criação da pós-graduação *lato sensu* na USP e, em 1984, na Faculdade Ibero-Americana (depois UNIBERO, depois Anhanguera). O passo seguinte foi a instituição da pós-graduação *stricto sensu*: em 1986 foi criada, no nível de Mestrado, a primeira área de concentração em tradução do país, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNICAMP. A partir da institucionalização acadêmica da tradução passou a acontecer, sistematicamente, pesquisa em tradução no Brasil.

Os dados disponíveis sobre o número de teses e dissertações defendidas sobre tradução são discrepantes, mas apontam para um número escasso de defesas nos anos de 1980, ocorridas em programas de pós-graduação em Letras ou Linguística.⁶ Isso não significa, entretanto, que se trata de uma década sem acontecimentos. No I Encontro Nacional da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), em 1986, Edson Rosa da Silva, professor da área de literatura da UFRJ, sugeriu a criação do Grupo de Trabalho de Tradução entre os outros criados na época. Esse GT foi, certamente, um dos pilares centrais do desenvolvimento da área nas décadas seguintes.

Em seu momento inicial, o GT foi fundamentalmente um lugar para a aproximação dos poucos docentes de tradução, distribuídos em diferentes pontos do país. Suas quatro reuniões até 1990 não chegaram a ser um marco nos estudos da tradução, pois, nesse período, “o intercâmbio entre pesquisadores, professores e pós-graduandos ficava restrito aos Encontros da ANPOLL, não havendo articulação efetiva entre os membros” (FROTA et al. 1995, p. 67). Mas essas reuniões permitiram que “pesquisadores dispersos em várias instituições se conhecessem e passassem a pensar em esboçar propostas que viessem reverter a condição de marginalidade em que a área se encontrava” (FROTA et al., 1995, p. 68).

Na década de 1980 também se realizaram versões do Encontro Nacional de Tradutores, que teve, em 2016, sua décima segunda edição; o primeiro evento aconteceu em 1975; o segundo em 1985, o terceiro em 1987.

Outro acontecimento significativo para a tradução e o tradutor é o que José Paulo Paes (1990, p. 31) chama de “imprensa literária”. No período entre 1977 e 1989 o jornal paulista *Folha de S. Paulo* editou um suplemento chamado Folhetim, que dedicava muito espaço para traduções e para a publicação de ensaios sobre tradução. Para John Milton (2015, p. 30), o

⁶ A respeito da “discrepância” dos dados a esse respeito, ver FROTA, 2007, p. 139.

“Folhetim foi central para a formação da disciplina” e, como era um suplemento de um jornal, conferiu muita visibilidade à tradução literária no Brasil.⁷ E, em minha avaliação, aos tradutores publicados, como os irmãos Campos, José Paulo Paes, Nelson Ascher, Boris Schnaiderman.

Esses dados sobre publicações e encontros sinalizam atividade na área, mas a tradução ainda não parece se configurar como um campo de estudos legítimo e mal se insere na pós-graduação na década de 1980. Os dados da década seguinte, entretanto, indicam que o trabalho desenvolvido nessa década foi decisivo para impelir os estudos da tradução no Brasil.

Na década de 1990, o número de defesas na área cresceu; segundo Pagano e Vasconcellos (2003) foram defendidas 73 teses e dissertações. Vários livros foram publicados; de acordo com Frota (2007), na década de 1990 foram 11 livros e sete coletâneas, enquanto entre 1952 e 1990, um período de 38 anos, tinham sido publicados 13 livros e cinco coletâneas sobre tradução. Ocorreram quatro Encontros Nacionais e Internacionais de Tradutores. Outro fórum de discussão foi criado, no Centro Universitário UNIBERO, o Congresso Ibero Americano de Tradução e Interpretação (CIATI), cuja primeira edição ocorreu em 1998.

O GT de Tradução da ANPOLL foi reestruturado por sugestão da coordenadora, Rosemary Arrojo, e a partir de 1990 passou a funcionar de maneira descentralizada. Criaram-se GTs regionais em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Santa Catarina e Bahia. De acordo com Frota, Martins e Rodrigues (1995, p. 68), “a descentralização, além de permitir a troca entre estudiosos da tradução, mostrou a grande quantidade de pesquisas em andamento e suas abordagens diversas”.

Em 1992, durante o II Encontro Paulista de Pesquisadores em Tradução, organizado pela coordenação regional do GT de São Paulo, fundou-se a Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), que teve Mario Laranjeira como primeiro presidente e Rosemary Arrojo como vice-presidente. Seu objetivo era congregar pesquisadores de todo o Brasil e a associação passou a co-organizar os Encontros Nacionais e Internacionais de Tradutores.

Enquanto nos anos de 1980 nasceu e cessou o periódico *Tradução & Comunicação*, nos anos de 1990 lançaram-se dois novos: em 1994 a *TradTerm*, Revista do Centro

⁷ Minha tradução e recorte do seguinte trecho: I propose that the Folhetim was central to the formation of the discipline, which only later, in the 1990s, began at university level. O artigo de Milton (2015) foi apresentado em 2014, em versão preliminar e reduzida, na Semana do Tradutor da UNESP - São José do Rio Preto, com o sugestivo título “O Folhetim: os Estudos da Tradução no Brasil começaram aqui!”, que ressalta o papel atribuído ao suplemento pelo autor.

Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT) da USP; e em 1996 *Cadernos de Tradução*, criada pelo Núcleo de Tradução da UFSC, fruto do trabalho do GT de Tradução regional da ANPOLL. Em 1997, foi lançada a revista *Cadernos de literatura em tradução*, da USP, dedicada a publicar literatura e poesia traduzida, assim como reflexão sobre o assunto.

Ainda que tenha havido o crescimento de produção e a expansão de defesas na década de 1990, a tradução não constava como área de concentração em muitos programas de pós-graduação. A análise dos programas de pós-graduação em que ocorreram as defesas mapeadas por Pagano e Vasconcellos (2003) nos anos de 1990 mostrou que a situação da tradução em cada uma dessas instituições era bastante diferente no período. Em algumas a tradução se inseria como área de concentração ou como uma linha de pesquisa, mas em outros programas, mesmo nessa época, a tradução era apenas uma possibilidade de pesquisa encaixada em uma área ou linha mais ampla e, muitas vezes o programa nem oferecia disciplinas de tradução (RODRIGUES, 2013b).

É apenas no século XXI que temos um novo momento para a tradução no Brasil. Em 2004 iniciam-se as atividades do primeiro programa específico, a Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), evidenciando que a institucionalização da tradução só se efetiva no século XXI. Sua consolidação efetua-se com a aprovação do Doutorado em 2008.

Comprovando a institucionalização acadêmica dos Estudos da Tradução, em 2011 foi aprovado o Curso de Mestrado em Estudos da Tradução (POSTRAD) da Universidade de Brasília (UnB). Na Universidade de São Paulo (USP) há, desde 2012, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (TRADUSP), com os cursos de Mestrado e Doutorado. Na Universidade Federal do Ceará, a Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET), com curso de Mestrado, iniciou suas atividades em 2014.

A criação desses programas indica a consolidação da área e confere aos Estudos da Tradução o status de campo de estudo legítimo. Esse foi o grande acontecimento para a tradução, o tradutor e, neste momento, também para o pesquisador em tradução. No entanto, apesar de tão consumida por todos os segmentos da população, a atividade é pouco reconhecida, mesmo entre pesquisadores de áreas correlatas, como a da pesquisa sobre os impressos no Brasil. Há alguns anos, em uma mesa-redonda promovida pelo GT de Tradução da ANPOLL, lamentei esse fato. Fábio Alves, outro participante da mesa, ao criticar minha postura de

lamentação, afirmou que os pesquisadores da área deveriam ser mais propositivos. Ele está correto.

No meu entender, isso envolve, por um prisma, nos aproximarmos dessas áreas e apresentar nossas pesquisas. Mas ser propositivo implica também examinar nossa história, ver em que momentos a tradução foi prestigiada, em que momentos foi desvalorizada, e enfatizar que, acima de tudo, a tradução é necessária e pratica a diferença entre valores, crenças e representações sociais, além de poder funcionar como agente de domínio.

5. Conclusão

Como não existe intercâmbio com perfeito equilíbrio entre duas línguas, nem mesmo internamente a uma língua, a tradução exige uma reflexão sobre a questão da diferença, da semelhança, da alteridade, do poder. Essas questões fazem parte da história da tradução, mas não de uma história da tradição, centrada em datas, cronologicamente bem delineada. Avalio que uma história propositiva envolve pontuar os momentos significativos para a tradução e o tradutor, não como movimento retrospectivo de lamentação, nem de busca por tempos que se foram. Olhar como a tradução e o tradutor chegaram ao ponto em que estão, por quais momentos passaram, significa projetar o que se quer, onde se pretende chegar enquanto área. Em minha avaliação, não basta a institucionalização dos Estudos da Tradução.

Na projeção que faço, a tese da invisibilidade do tradutor de Venuti (1986) não tem lugar na conjuntura brasileira, na medida em que ele fala do lugar do hegemônico que traduz o periférico. A área precisa de lições de visibilidade social de nossos editores e tradutores do passado, assim como de nossos críticos, resenhistas e ensaístas que, em tempo não tão remoto assim pautaram a tradução em jornais, periódicos e revistas. A exposição da história dos Estudos da Tradução no Brasil pode recolocar a tradução e o tradutor em pauta.

Referências

- AMORIM, S. M. de. **Em busca de um tempo perdido**: edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp: Com-Arte; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**: 1850. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 5).

DEBRET, J.-B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1940. 2 v. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 4).

DUTRA, E. F. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 1-22.

DUTRA, E. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana. In: DUTRA, E. F. MOLLIER, J.-Y. (Org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

FROTA, M. P. Um balanço dos Estudos da Tradução no Brasil. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 135-169, 2007.

FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P.; RODRIGUES, C. C. Um breve histórico do GT de Tradução e a sua importância para o desenvolvimento da área em nosso país. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n. 1, p. 67-70, 1995.

LACERDA, C. Nota do tradutor. In: MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil (1500-1580). Tradução de Carlos Lacerda. São Paulo: Editora Nacional, 1943, p. 9-13.

LÉRY, J. de. **Viagem à terra do Brasil**. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 7).

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 10).

MILLIET, S. Nota do Tradutor. In: DEBRET, J.-B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, v. 1. Tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1940, s/p.

MILLIET, S. Nota do Tradutor. In: LÉRY, J. de. **Viagem à terra do Brasil**. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução e notas de Sérgio Milliet. S. Paulo: Martins, 1941, p. 7-10. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 7).

MILTON, J. **O Clube do Livro e a tradução**. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. Bringing translation into the canon: the importance of the Folhetim in Translation Studies in Brazil. **Via Panorâmica**, Porto, s. 3, n. 4, p. 30-45, 2015. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13531.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PAES, J. P. A tradução literária no Brasil. In: _____. **Tradução**: a ponte necessária. São Paulo: Ática, 1990, p. 9-31.

PAGANO, A. “An item called *books*”: translations and publishers’ collections in the editorial booms in Argentina e Brazil from 1930 to 1950. **Crop**, São Paulo, v. 6, p. 171-194, 2001.

PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. **D.E.L.T.A.**, v. 19, n. esp., p. 1-25, 2003.

PINTO, E. Prefácio do tradutor. In: MÉTRAUX, A. **A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis**. São Paulo: Editora Nacional, 1950, p. 9-30.

PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 359-409. v. 1.

RODRIGUES, C. C. Traduções da Coleção Brasileira: fontes primárias. **Tradução em Revista**, v. 5, p. 1-17, 2008. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_1460.D2W/INPUT0?CdLinPrg=pt. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Coleção Brasileira: peritexto editorial das traduções In: OLIVEIRA, M. C. C.; PEREIRA, M. L. S.; FERREIRA, R.S.; NORONHA, J. M. G. et al. (Org.). **Disciplina, Cânone: continuidades e rupturas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013a, p. 153-166.

_____. Os Estudos da Tradução nos programas brasileiros de pós-graduação. In: GUERINI, A.; TORRES, M.-H. C.; COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013b, p. 51-69.

SEIDLER, C. **Dez anos no Brasil**. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução e notas do general Bertoldo Klinger; prefácio e notas do coronel F. Paula Cidade. S. Paulo: Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 8).

TORRESINI, E. R. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: Ed. da USP; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

VENUTI, L. The Translator’s invisibility. **Criticism**, Detroit, v. 28, n. 2, p. 179-213, 1986.

WYLER, L. **Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Artigo recebido em: 14.02.2017

Artigo aprovado em: 20.03.2017